

A UMBANDA EM PESQUISAS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO: QUE RELAÇÃO É ESSA?

Umbanda in research in the education area: what relationship is that?

André Luiz Sena Mariano¹

RESUMO: É possível pensar relações entre a religião de umbanda e a educação? O texto procura, por meio de pesquisa de levantamento bibliográfico, analisar produções de programas das áreas de educação e ensino, a partir dos anos 2000, que tiveram como ênfase os estudos sobre essa relação. Para tanto, apresenta alguns dados sobre a religião, expõe seu percurso metodológico e procura mostrar as análises de aspectos que se destacam no corpus selecionado para análise. Encerra tentando advogar as potencialidades que a religião de umbanda pode apresentar para as pesquisas da área de educação.

Palavras-Chave: umbanda; pesquisa em educação; levantamento bibliográfico.

ABSTRACT: Is it possible to think about the relationship between the Umbanda religion and education? The text seeks, by means of bibliographic survey research, to analyze the production of programs in the areas of education and teaching from the 2000s that have emphasized studies on this relationship. To this end, it presents some data on religion, exposes its methodological path and seeks to show the analysis of aspects that stand out in the corpus selected for analysis. It ends by trying to advocate the potentialities that the Umbanda religion can present for research in the area of education.

Key-words: umbanda, research in education; bibliographic survey

Introdução

Há pouco mais de um século era “fundada”, no estado do Rio de Janeiro, a religião de umbanda; religião que traz em seu bojo as matrizes africanas, européias e indígenas. Apesar de decorrido esse período de mais de um século, ainda se sabe muito pouco a seu respeito, pois datam da segunda metade do século passado os primeiros estudos científicos acerca da umbanda. Nesse sentido, este artigo busca refletir sobre como a religião de umbanda é abordada em pesquisas das áreas de educação e ensino. Para tanto, num primeiro momento, apresenta

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor Associado do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Desenvolve estudos e pesquisas nas áreas de Filosofia da Educação e Sociologia da Educação, com ênfase em temas como decolonialidade, currículo, formação de professores e umbanda.

alguns dados relativos a sua “origem”; num segundo momento, é apresentado o percurso empreendido para a coleta de dados; encerrando, num terceiro momento, com as discussões relativas aos achados obtidos por meio de incursão no material que compôs o corpus analítico, que se configurou por dissertações e teses defendidas em programas das áreas de educação e ensino a partir dos anos 2000. O texto procura apostar que essa relação entre umbanda e educação pode ensejar, ao colaborar para deslocamentos epistemológicos, a busca de novos problemas, novas respostas e, sobretudo, novas interrogações.

Linhas gerais da religião de Umbanda

O objetivo não reside em fazer uma análise da gênese e do desenvolvimento histórico da religião de Umbanda. Aqui, procura-se traçar, ainda que de forma sucinta, algumas linhas gerais sobre o nascimento dessa religião que é motivadora de inúmeras curiosidades, não obstante seja desconhecida e muito mal compreendida.

Concordando com Cumino (2019), é importante destacar que “Nada surge do nada, nada há de novo sob o sol, todas as religiões são formadas de cultos e culturas anteriores, que lhe emprestaram símbolos, ritos e mitos combinados e ressignificados” (CUMINO, 2019, p. 32). Temos, na religião de umbanda o legado e a ressignificação de religiões que a antecederam. Diz Saraceni:

Ressalto mais uma vez que, se a Umbanda é uma religião nova, seus valores religiosos fundamentais são ancestrais e foram herdados de culturas religiosas anteriores ao Cristianismo [...] salientamos que ela tem na sua base de formação os cultos afros, os cultos nativos, a doutrina espírita kardecista, a religião católica e um pouco da religião oriental (Budismo e Hinduísmo) e também da magia (SARACENI apud Cumino, 2019, p. 32).

Não se pode considerar essa religião tipicamente brasileira como a simples soma ou síntese de todos esses legados, pois, tal qual advoga Simas (2021), essa ideia esconde em seu bojo as práticas de criação, reelaborações, tensionamentos e contradições que criam narrativas sobre o mundo. Mais do que isso, Simas nos remete ao importante elemento de que tentar erigir sínteses de um país tão complexo como o Brasil apela à prerrogativa de se pensar uma identidade fixa, homogênea que colabora para solapar um processo de constituição histórica profundamente eivado pela violência, discriminação e subalternização de grupos minoritários.

Ao apresentar a etimologia do termo Umbanda, Cumino, com base na obra Gramática de Kimbundo de Cavalcanti Bandeira, afirma que:

O desconhecimento etimológico do vocábulo UMBANDA, por parte de muitos no Brasil, e as falhas da maioria dos nossos dicionários, geraram confusões e discussões, pretendendo cada um dar a sua explicação, sem haver base concreta real. Entretanto, o termo sempre existiu e faz parte integrante da linha Quimbundo, como de muitos dialetos bantos, falados em Angola, Congo, Guiné, entre outros [...] A palavra define a prática de um xamã ou sacerdote kimbanda². (CUMINO, 2019, p. 92).

Um aspecto importante de se frisar, tal qual o fazem Birman (1983), Negrão (1993) e Cumino (2019), é que se está diante de uma religião marcada pelo alto teor mágico de seus rituais e que traz em seu bojo uma heterogeneidade de formas e cultos muito ampla. Em outras palavras, a religião de umbanda tem uma compreensão por vezes difícil aos leigos, pois não há uniformidade em seu corpo doutrinário filosófico e, principalmente, na prática dos terreiros.

De acordo com Cumino (2019):

O que caracteriza a Umbanda é o encontro de diferentes fatores, criando algo único, um amálgama religioso.

Para uns, Umbanda era kardecismo-africanizado; para outros, africanismo-embranquecido; no entanto, nem uma nem outra definição de Umbanda é algo novo que nasce neste solo brasileiro. Não é a religião de uma etnia (do negro, branco ou vermelho), mas o fruto do encontro delas produzindo um sentido, que já não se explica mais pela raça e sim pelo apelo que há na sua identificação com este povo brasileiro (CUMINO, 2019, p. 115).

Em suas giras (nome dado às sessões de trabalhos práticos no chão dos terreiros) encontram-se manifestações e linhas bastante diversificadas que vão, por exemplo, da chamada Umbanda Cristã³ até o que pode ser denominado de Umbandomblé (terreiros que trabalham a religião de Umbanda com traços próximos ao Candomblé). Para Cumino (2019), é possível afirmar que há, pelo menos, mais de dez linhas diferentes ocorrendo nos terreiros, fato que não se configura como um problema, mas como um traço característico da diversidade que marca a religião. Assim sendo, fala-se da existência de muitas “umbandas”. Aliás, essa tendência a múltiplas formas de se compreender uma religião não é algo inerente à umbanda, podendo ser encontrada em várias outras religiões.

Em que pesem essas diferentes linhas que, por vezes, tornam os terreiros tão distintos em seus rituais uns dos outros, parece haver uma disputa instigante e complexa acerca do que

² Kimbanda, a partir do idioma Bantu falado na Angola, pode ser traduzido como curandeiro.

³ Ainda que pareça absurdamente paradoxal, o mito fundacional da umbanda colabora sensivelmente para que a influência da colonização europeia se faça sentir em terreiros de religião de tradições africanas, quando, por exemplo, a imagem de Jesus branco e de olhos azuis permanece na posição mais elevada dos altares nos terreiros.

vem a ser considerado o ponto seminal da religião de Umbanda. Acerca do que Morais (2019) denomina de “mito de origem da umbanda”, Cumino (2019), construindo suas argumentações a partir de uma vertente específica da religião, destaca que essa origem poderia ser constatada na data de 15 de novembro de 1908, a partir da manifestação mediúnica do Caboclo das Sete Encruzilhadas no jovem Zélio Fernandino de Moraes.

Fala-se, portanto, de uma religião que surge no início do século passado e tem como traço característico a perspectiva de ser um espaço de povos considerados subalternos, excluídos, uma vez que, em sua primeira manifestação, a entidade espiritual presente no jovem Zélio teria reclamado acerca do preconceito existente no meio kardecista da época que proibia a comunicação de povos ditos não esclarecidos. A esse respeito, convém lembrar que a primeira manifestação teria sido a de um caboclo sem uso da norma culta da língua portuguesa, fato que, segundo registros históricos, causou desconforto entre os membros presentes. Foi essa situação que teria levado à fundação da Tenda Nossa Senhora da Piedade (TENSP⁴), no estado do Rio de Janeiro, na data acima citada, com a premissa de que lá, em seus ritos, todos os povos poderiam se manifestar sem distinções de origens e raças.

Prandi (1998) alerta para a complexidade desse momento “seminal” da umbanda, quando afirma:

No primeiro quartel deste século, no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, constituiu-se a umbanda, que logo se disseminou por todo o País, abrindo, de certo modo, caminho para uma nova etapa de difusão do antigo candomblé. Reiteradamente identificada como sendo a religião brasileira por excelência, pois, formada no Brasil, resultante do encontro de tradições africanas, espíritas e católicas, ao contrário das religiões negras tradicionais, que se constituíram como religiões de grupos negros, a umbanda já surgiu como religião universal, isto é, dirigida a todos. Desde sua formação, a umbanda procurou legitimar-se pelo apagamento de feições herdadas do candomblé, sua matriz negra, especialmente traços referidos a modelos de comportamento e mentalidade que denotam a origem tribal e depois escrava (PRANDI, 1998, p. 152).

Prandi nos mostra que, nesse momento original, o fator do branqueamento das práticas umbandistas já se fazia sentir. O olhar interno dos umbandistas acerca da origem da religião, tendo em Zélio seu único tributário, parece assentar-se numa perspectiva ingênua de se estabelecer a figura de um mito salvador e socialmente reconhecido capaz de dar certo grau de legitimidade à nova religiosidade surgida, tal qual fora feito no cristianismo, por exemplo.

⁴ A Tenda foi, oficialmente, o primeiro registro formal da religião de Umbanda, tendo sido fundada pelo próprio Zélio Fernandino de Moraes e permanece em funcionamento até os dias atuais.

Ainda tratando dessa complexidade inicial e do forte tensionamento da umbanda com suas tradições não europeias, Sá Júnior (2012) afirma:

O mito fundador da alva nação umbandista começa deslocando a condição social e intelectual do jovem Zélio. Logo de início se percebe que ele não é um personagem qualquer. Aos 17 anos, o garoto “de família importante” já havia concluído o seu “curso propedêutico” [...] Zélio pertence ao mundo da ordem e, por conseguinte branco. São credenciais desse mundo, na narrativa, a formação intelectual do jovem e a estruturação de sua família (SÁ JUNIOR, 2012, p. 6).

A partir desses apontamentos, é possível perceber que, de um lado, se constrói o mito ao redor da institucionalização da religião e, de outro, o reconhecimento de que suas práticas ritualísticas, ainda que não tivessem o nome de umbanda, já existiam em território nacional muito tempo antes. Entretanto, é preciso reconhecer que essa perspectiva de assumir o jovem Zélio como “fundador” da umbanda acaba, amiúde, colaborando para duas leituras possíveis: uma compreensão que enseja afastar as práticas de suas heranças africanas e, alinhada a essa primeira, a necessidade de responder ao contexto nacional da época, em que havia forte predomínio da Igreja Católica. Em outras palavras, trata-se de reconhecer que o mito fundacional da umbanda colabora para que a religião adentre no território brasileiro com “a permissão e a benção” da Igreja Católica. Em que pese a relevância e necessidade dessa discussão, reconhece-se que ela escapa ao escopo deste artigo. Ainda que ela escape, não se pode deixar de tensionar, por exemplo, a importância de que esse mito fundacional possa ser problematizado à luz das discussões referentes ao colonialismo e suas implicações para a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), que utilizou o critério racial como primeiro elemento de hierarquização social entre os povos.

No que tange a isso, Simas (2021) provoca a construir uma releitura da história da origem da religião, quando afirma que:

[...] as umbandas não são filhas de origens datadas, mas de acúmulos de sabedorias encantadas diversas que dinamicamente se articulam em cultos multifacetados, plurais, abertos para alteridades e alterações e, ao mesmo tempo, profundamente tradicionais. A função da História, afinal, não é a de abraçar os mitos, mas a de dissecá-los com certa frieza de legista (SIMAS, 2021, p. 26).

Para além dessa discussão controversa, instigante e necessária acerca da fundação da umbanda, neste artigo, não se tem a pretensão de julgar ou analisar a veracidade dessas manifestações da entidade incorporada no jovem Zélio. Ao contrário, aqui interessa compreender e reconhecer que, nesse momento original, a religião já traz em seu bojo a

característica de se apresentar como um espaço de resistência e manifestações de povos excluídos, tal qual afirma Prandi (1998) quando reconhece que a umbanda surge como religião universal dirigida a todos. Esse foco em se configurar como espaço de produção de subjetividades alternativas e diversas é que chama a atenção para a origem da religião de umbanda.

Tal situação pode ser expressa, por exemplo, a partir da própria estruturação das manifestações espirituais nos terreiros. Entidades que, no contexto alheio aos terreiros, são consideradas subversivas e perigosas para a manutenção da ordem social, como os exus e as pomba-giras, são aquelas que mais teriam proeminência na lógica interna dos terreiros. A esse respeito, Birman (1983) afirma que:

O grande trunfo da umbanda é esse – inverte os valores da hierarquia que ordena os espíritos, e esses ‘menos’ em vários aspectos passam a ‘mais’ em outros. O homem branco, imagem ideal colocada no topo da ordem evolutiva, não tem os poderes que possuem seus subalternos. Esses grupos estruturalmente inferiores ganham por meio da inversão simbólica um poder mágico inigualável [...] Ao mesmo tempo que a umbanda acata os valores sociais dominantes em que determinados grupos sociais são vistos como ‘inferiores’ e ‘primitivos’, ela retira desse estigma a sua força (BIRMAN, 1983, p. 46).

Essa religião, em seu momento seminal, traz a marca das manifestações do Caboclo e de um preto-velho: o primeiro representando todo o legado dos povos originários e o segundo o do povo negro, ambos escravizados em território brasileiro. Em outras palavras, a religião de umbanda nasce como espaço de subversão e de questionamento das estruturas sociais vigentes, do elitismo presente nas práticas religiosas do território brasileiro. Mais do que somente dimensão espiritual, ela se configura como espaço plural de resistência, de contradições e de contracultura.

Como procuramos apontar, as origens e o desenvolvimento histórica da religião de Umbanda não podem ser pensados de maneira dissociada de contextos mais amplos. Não aprofundaremos esse debate, pois escapa ao escopo do artigo, mas cabe destacar, por exemplo, a tensa e persistente luta entre seus legados africano e kardecista, tal qual destaca Morais (2019). De acordo com a autora:

[...] ao longo do século XX, a umbanda foi ora vinculada, ora desvinculada de suas heranças africanas. O mesmo ocorre em alguns procedimentos relacionados à proposição da lei que institui o Dia Nacional da Umbanda. Na justificativa do projeto, a ênfase é para o caráter brasileiro da religião. E na publicação do Diário Oficial da União consta, juntamente com a assinatura da presidenta Dilma Rousseff, a assinatura da ministra Luiza Bairros, que estava à frente da

Seppir e tinha uma trajetória de militância no movimento negro. A institucionalização da data foi noticiada no site da Seppir acompanhada da seguinte explicação sobre a origem da umbanda: ‘[...] é uma religião genuinamente brasileira, mas com raízes, entre outras, africanas, que se constituiu no início do século passado’ (BRASIL, 2012). Mais uma vez a umbanda é destacada como uma religião brasileira. No entanto, diferentemente da justificativa do projeto de lei, na notícia veiculada no site da Seppir a conjunção ‘mas’ está reforçando o fato de a umbanda ter ‘raízes africanas’ (MORAIS, 2019, p. 1644).

Ou seja, trata-se de um debate bastante complexo, mas que revela, entre outros aspectos, as formas como a religião foi respondendo ao contexto histórico mais amplo e como as “brigas sociais e políticas” também se fizeram presentes em sua trajetória. Portanto, seu desenvolvimento não se deu de maneira linear e evolucionista, mas eivado de contradições.

Outro elemento de seu desenvolvimento histórico pode ser destacado em sua estrutura interna aos terreiros, tal qual breve fora mencionado anteriormente. No que tange a isso, é nesse escopo que a figura das chamadas pomba-giras, por exemplo, vai sendo inserida de maneira posterior aos arquétipos fundacionais (caboclo e preto-velho), conforme destaca Barros (2013). Com isso, é possível reconhecer que a umbanda reforça sua tendência a ser um espaço de resistência, de afirmação de identidades historicamente excluídas e de produção de subjetividades que escapam ao padrão estabelecido em nosso Ocidente, como o de religiões quase exclusivamente patriarcais.

Algo das pombagiras de hoje parece emanar e reviver algo dessas deusas de antes, dessas feiticeiras, dessas ciganas e, também, desses orixás. As pombagiras se mostram, revelam muito mais do que a ‘versão feminina dos exus’ ou a versão feminina do diabo cristão. Parece-me que algumas formas de femininos transgressivos foram personificadas e incorporadas nas pombagira e, não por acaso, vêm ao mundo com roupas de prostitutas. Mas não se dizem apenas prostitutas, mais do que o estereótipo do prostituído, parecem evocar uma imagem de feminino que não se prende aos ditames mais patriarcais, apresentando-se ‘fora da lei’, exalando liberdade, força e ousadia (BARROS, 2013, p. 529).

Ou seja, reforçando o argumento de Birman (1983), a religião de umbanda acaba por valorizar aquilo que socialmente é considerado desvalorizado e, assim, enseja uma inversão da pirâmide social. Seus rituais são marcados, dessa forma, por dois tipos de culto: além do culto às entidades (exus, pombagiras, preto velhos, caboclos, entre tantos outros), em seu corpo doutrinário, a religião de umbanda é marcada pelo culto aos Orixás, entendendo-os como

energias sustentadoras dos trabalhos desenvolvidos nos terreiros, ou seja, esse culto acontece em moldes distintos daqueles praticados em terreiros de Candomblé.

O culto aos Orixás se vê fortemente sincretizado aos santos católicos, mas também não apresenta tendências uniformes nos terreiros. Desse modo, a ampla diversidade de formas de se praticar a umbanda faz com que alguns terreiros não tenham, por exemplo, a figura dos Orixás tão presentes em suas giras como há em outros.

Nesse sentido, ao contrário do kardecismo que possui um órgão central como a FEB (Federação Espírita Brasileira), a umbanda não possui esse ente regulador formalizado⁵. Negrão (1993) destaca que essa resistência a uma burocratização da religião é decorrente do entendimento de que ela é vivida no chão dos terreiros: “Para os terreiros as federações tendem a ser vistas como algo exterior à própria umbanda, cuja vivência se dá nas ‘giras’, nos ‘passes’, nas consultas aos guias, nos ‘trabalhos’ a eles oferecidos (NEGRÃO, 1993, p. 115). Ou seja, a marca das aprendizagens intrínsecas a um terreiro não é a dos estudos formais, mas sim aquelas que se fazem por meio da oralidade e da observação, por exemplo.

Na expressão do próprio Negrão, a umbanda é ainda “um mundo encantado” e, como mundo encantado, apresenta-se como um universo ainda pouco conhecido e que merece ser explorado. É esse mundo encantado que pode apresentar grandes contribuições para o mundo da educação, que se configura como mais racional e menos encantado. É essa relação que tentaremos entender nas seções subsequentes.

Buscando trabalhos sobre educação e umbanda

Neste estudo, empreendeu-se um trabalho de levantamento bibliográfico acerca da presença da religião de umbanda nas pesquisas da área de educação. Para tanto, elegeu-se como base preferencial de dados o site do IBICT que congrega boa parte das dissertações e teses disponíveis no meio digital.

Tal como apontam Ferreira (2002) e Lima e Mioto (2007), as pesquisas que visam a empreender revisões de literatura, ao produzirem um balanço sobre determinado tema, configuram-se como uma importante motriz para apontar, por exemplo, lacunas e novas direções aos estudos vindouros. É por meio desse tipo de estudo que, para além de mera ação descritiva, é possível desenhar os traços de um determinado campo do conhecimento, trazendo

⁵ Embora registrem-se tentativas de se criar tal associação e haja uma denominada Federação Brasileira de Umbanda, o funcionamento não se configura como ente regulador tal qual se vê nos moldes centralizadores de outras religiões.

à luz as principais categorias conceituais, tendências teórico-metodológicas e até mesmo as disputas internas ao campo.

No caso do presente estudo, o foco reside, menos em explicar as disputas internas ao campo da educação e mais em permitir um conhecimento desse tema novo e com produção ainda tímida na área de educação. Isso porque, ao se abordar a temática da religião, conforme será mostrado abaixo, há área de conhecimento bastante consolidadas como, por exemplo, a Sociologia e a Psicologia. Entretanto, no campo da educação ainda é algo pouco estudado.

Nesse sentido, reconhecendo a importância do que Lima e Miotto (2007) denominam como parâmetros para a pesquisa, foram estabelecidos alguns deles que pudessem orientar a coleta de dados. As autoras argumentam que a seleção do material a ser analisado deve levar em conta o estabelecimento de quatro requisitos, a saber: parâmetro temático, parâmetro lingüístico, parâmetro cronológico e definição das fontes.

A fonte definida foi o site do IBICT por ser aquele que mais congrega dissertações e teses defendidas no Brasil e disponíveis no formato digital. Faz-se mister salientar que não se tem o objetivo de criar um “estado da arte”, ou seja, de esgotar o levantamento e análise de toda a produção envolvendo a umbanda. O foco, nem por isso menos relevante, está em apresentar os traços dos primeiros estudos disponíveis sobre umbanda e educação. Para tanto, estabeleceu-se como parâmetro temático e as fontes os trabalhos que apresentam a umbanda como foco de análise e que foram defendidos em programas das áreas de educação e de ensino. Definido o parâmetro temático, definiu-se o parâmetro lingüístico foi a escolha pelos trabalhos em língua portuguesa, uma vez que se trata da produção de programas de pós-graduação brasileiros (embora se saiba que acordos internacionais permitem, por exemplo, a estudantes estrangeiros que redijam suas pesquisas em língua materna; isso não se aplicou aqui, uma vez que somente trabalhos em língua portuguesa é que foram encontrados). Por fim, ficou decidido por não criar um parâmetro cronológico rígido por duas razões: em primeiro lugar, interessava conhecer essa produção e, por exemplo, identificar os trabalhos seminais poderia ser um dado interessante ao mapeamento; em segundo lugar, reconhece-se a existência de uma barreira tecnológica, que é relativa ao acesso aos trabalhos. Nesse banco supracitado, muitos trabalhos encontram-se disponíveis, por meio de seus resumos, mas o acesso ao texto integral não se mostra viabilizado. Essa situação também colocou a necessidade de outro recorte, ou seja, o de lidar com os trabalhos que se encontravam disponíveis nas bibliotecas digitais, o que, em termos de Brasil, só se fez mais acentuadamente a partir dos anos de 2010.

Ao lançar do descritor umbanda, foram encontrados 309 trabalhos disponíveis e nas diferentes áreas do conhecimento, ou seja, trabalhos em programas de pós-graduação em Psicologia, Sociologia, Antropologia, Ciências da Religião e Educação, por exemplo. Obviamente que foram encontrados trabalhos com a temática da educação em programas que não são da área, mas se optou por delimitar, reconhecendo as limitações que isso traz, para a produção proveniente das áreas de educação e de ensino.

Assim sendo, foi utilizado o descritor conjugado “umbanda educação” e o número caiu consideravelmente, chegando a apenas 28. No que se refere a isso, duas situações mostraram-se bastante instigantes para reflexão: a primeira, o fato de que, novamente, havia trabalhos discutindo educação, escola e umbanda em outras áreas do conhecimento; a segunda, que pode funcionar como óbice aos trabalhos que pretendem analisar uma determinada produção por meio de levantamentos, repousa na precariedade dos bancos de dados. De um lado, foram encontrados alguns trabalhos em duplicidade, ou seja, se a busca sofresse refino no site, talvez aquele número inicial de 309 teria redução considerável, pois as bases não conseguem ter mecanismos que garantem única filtragem aos trabalhos. Por outro lado, houve o fato, também, de virem à tona trabalhos que possuem a palavra umbanda, mas nem sempre a tem como foco, ou seja, amiúde os bancos, mesmo com buscas refinadas, acabam apresentando certa fragilidade quando se começa a cruzar alguns dados, fato que leva os/as pesquisadores/as a empreender, depois de certo ponto, um trabalho braçal abrindo e baixando cada um dos trabalhos individualmente.

Considerando, então, os entraves acima delineados, nesse universo de 28 trabalhos, empreendeu-se a leitura de todos os resumos no sentido de buscar identificar quais, de fato, tinham a umbanda como foco de estudos. Assim, depois dessa leitura inicial, chegou-se ao número final de 16 trabalhos selecionados, sendo 9 dissertações (1 em programa de pós-graduação em ensino, 1 em mestrado profissional e 7 e mestrados acadêmicos em educação) e 7 teses em educação.

É possível dizer que a umbanda parece ter tendência de se configurar como um tema emergente na área de educação, uma vez que há somente um estudo em 2003 e todos os outros se localizam a partir de 2011, garantindo, sempre, ao menos 1 estudo por ano, conforme quadro abaixo:

Ano	estudos
2003	1
2011	1
2012	1
2013	1
2014	1
2015	2
2016	1
2017	3
2018	1
2019	4

Ou seja, ainda não é possível falar de uma produção expressiva com tendência de crescimento, mas pode-se apontar que o tema da umbanda não tem passado despercebido nos programas de pós-graduação.

Aliado a isso, chama a atenção o fato de que uma universidade concentra 4 estudos sobre o tema, conforme quadro abaixo:

Instituição	estudos
UFES	1
UNISINOS	1
UFN	1
UFMT	1
UFPEL	2

UFSC	1
UEPA	1
PUCGO	1
UFRGS	2
UFMG	2
UFC	4

Dada a pouca produção, ainda não se pode afirmar que já haja núcleos de estudos consolidados sobre o tema, mas é possível apontar, como far-se-á a seguir, alguns elementos mais qualitativos acerca de como essa produção tem se configurado, buscando trazer tendências das linhas de pesquisa, autores, bases conceituais e alguns resultados desses trabalhos selecionados.

Ensaçando algumas análises da relação entre umbanda e educação

Para o início da discussão dos dados a partir de um olhar mais qualitativo, é preciso construir aqui um alerta: não será feita a citação esmiuçada de cada um dos 16 trabalhos que foram analisados. Neste momento, com o objetivo de apresentar as características gerais da abordagem da umbanda na pesquisa em educação, serão apresentados os aspectos convergentes entre esses estudos. Embora sejam poucos, já é possível apontar, como será feito a partir de agora, algumas linhas gerais que podem levar a começar a traçar alguns contornos das relações existentes entre umbanda e educação.

Faz-se mister reiterar que essas análises se constroem por meio de incursão preliminar no universo de trabalhos analisados, carecendo, portanto, de se construir, futuramente, análises que possibilitem o cruzamento mais aprofundado dos dados entre si. Por ora, o texto se restringe, e isso não é menos importante, a apresentar um olhar acerca das características em comum dentre os estudos analisados.

Um primeiro aspecto que merece destaque é o relativo às temáticas que são abordadas pelos estudos selecionados, compondo um escopo bastante variado. Há temas que são abordados por mais de um estudo e outros que são abordados por um só; no que tange a isso, tem-se o seguinte panorama temático: estudos sobre o processo de construção de identidades e

resistências dos umbandistas a partir das práticas educativas dos terreiros; as contribuições das práticas da religião de umbanda para os processos de aprendizagens mais amplos; as discriminações e preconceitos que os praticantes de religião afros sofrem no interior do espaço escolar, analisando conjuntamente o preconceito contra umbandistas e candomblecistas; as resistências à implantação da Lei 10639/03 na prática cotidiana dos professores; a umbanda como espaço de socialização de mulheres quilombolas; os rituais e aspectos específicos da religião (como giras, pontos cantados, altares) e suas relações com a estética e os processos educativos; educação ambiental e umbanda; plataformas de cursos *online* em formação teológica doutrinária. Esse amplo leque revela, logo de início, que os estudos são marcados pelo foco em processos educativos mais amplos que aqueles contidos nos espaços escolares.

O trabalho de Setton e Valente (2016) chama a atenção para um elemento que pode ajudar a elucidar o dado dos temas acima expostos. De acordo com as autoras,

As reflexões acerca das relações entre religião e educação, ainda que significativas para o campo da sociologia da educação, parecem ser um capítulo pouco atraente para seus pesquisadores. Tema mais clássico no interior da sociologia e preocupação constante entre autores consagrados como Max Weber, Émile Durkheim, Pierre Bourdieu, entre outros, a religião tem perdido lugar, no campo educacional brasileiro, para investigações igualmente relevantes como a do currículo, formação de professores, gênero e/ou direitos humanos (SETTON; VALENTE, 2016, p. 412).

A partir da afirmação das autoras, pode-se inferir que as pesquisas em educação têm centrado suas análises mais na dimensão da educação escolar, formal, em detrimento da discussão dos processos educativos que ocorrem em espaços mais amplos. Ademais, percebe-se que os processos escolares são pensados mais em termos das aprendizagens cognitivas e menos em termos das relações interpessoais, não que essas duas dimensões sejam excludentes entre si. Como exemplo disso, alguns estudos estão mais preocupados com o ensino da história das religiões afro-brasileiras e, para isso, recorrem aos dispositivos legais argumentando a ausência do tema nos currículos escolares. Todavia, pouco se debruçam sobre as aprendizagens do chamado currículo oculto que, nas afirmações de Silva (2004), seria o dispositivo responsável por ensinar as aprendizagens sociais relevantes ao sistema capitalista. Seria a escola, ao silenciar/ocultar as religiões afro do currículo prescrito, um dispositivo social que acaba colaborando para tentar apagar sua presença do currículo em ação? Sujeitos umbandistas só podem estar presentes no espaço escolar se aceitarem a hegemonia cristã.

Outro aspecto que chama a atenção é a alta incidência de estudos considerados do tipo etnográfico. Em que pese todo o complexo debate acerca de se fazer ou não pesquisa etnográfica na área de educação (ANDRÉ, 1992), os estudos que assim se denominam ancoram-se, basicamente, em dois procedimentos para a coleta de dados, quais sejam: a observação participante e as entrevistas com o chamado “povo do santo” (expressão genérica utilizada para designar os adeptos da religião); cabe destacar que inclusive em alguns trabalhos realizaram entrevistas com as entidades incorporadas em seus médiuns.

Nesse sentido, percebe-se que outra característica dos estudos é sua vinculação ou a linhas de pesquisas mais próximas aos denominados Fundamentos da Educação (com destaque para Sociologia da Educação e Antropologia e Educação) ou a linhas de pesquisa que compreendem os processos educativos a partir de uma abordagem mais ampla que a educação escolar, com conexões, por exemplo às linhas de Educação Popular ou Educação não Formal. Tais estudos assumem uma perspectiva interdisciplinar e, por vezes, recorrem, ao mesmo tempo, ao arcabouço teórico da sociologia e suporte metodológico da antropologia, por exemplo. Os poucos estudos que abordam as relações entre umbanda e educação escolar o fazem na perspectiva de denunciar os preconceitos, discriminações e intolerâncias que se fazem ainda muito presentes nessa instituição, reiterando o caráter colonialista e monocultural da educação escolar por meio de suas práticas curriculares cotidianas que insistem em silenciar outras dimensões dos saberes (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2015).

Em função dessa característica das linhas de pesquisa, um aspecto diretamente ligado a ela está no arcabouço teórico a partir do qual esses trabalhos vão se ancorando. No que se refere a isso, constata-se a prevalência de três tendências: a do multiculturalismo crítico, a dos estudos culturais de vertente pós-estruturalista e a perspectiva da ecologia dos saberes culturais.

Em que pesem todas as limitações de categorizações fixas, cumpre apresentar, em linhas gerais, as implicações dessas três abordagens a partir do próprio corpus analisado, ciente de que as tendências apontadas em uma perspectiva também podem estar presentes nas outras. Em outras palavras, é um exercício mais heurístico para exposição das linhas mestras dos estudos que propriamente um exercício de rotulação desses trabalhos.

O multiculturalismo crítico tem sido uma das vertentes adotadas pelos estudos selecionados, utilizando como bases principais as obras de Peter McLaren e seus interlocutores. Nesse sentido, de acordo com McLaren (2000), a perspectiva do multiculturalismo crítico assume que as representações de raça, classe social e gênero fazem parte das lutas sociais mais

amplas sobre os signos e as significações. Ao assumir que, por exemplo, o discurso está inerentemente relacionado a formas de reprodução e de resistências, o autor advoga que a tarefa central dessa perspectiva seria a transformação das relações sociais, culturais e institucionais a partir das quais os significados são gerados.

Assim sendo, os estudos selecionados que se fundamentam nesse arcabouço procuram mostrar a importância da religião de umbanda como espaço de lutas contra a discriminação, contra a intolerância; lutas que se configuram como espaços e estratégias de resistência e que são capazes de permitir aos sujeitos a ressignificação de seus processos de aprendizagem a partir dos saberes tradicionais de um terreiro, vinculando-os à vida cotidiana.

Os trabalhos que se assentam sob a égide dos estudos culturais pós-estruturalista trazem especial destaque à noção de subjetividade. Com base em Johnson (2004), é possível afirmar que os estudos culturais procuram “descrever e reconstituir, em estudos concretos, as formas através das quais os seres humanos vivem, tornam-se conscientes e se sustentam subjetivamente” (JOHNSON, 2004, p. 29).

Ou seja, os estudos que fazem suas análises a partir desse viés não se preocupam em buscar analisar as práticas educativas de umbanda como espaços de produção de coletividades. Ao contrário disso, reconhecem que as experiências com o espaço sagrado do terreiro são múltiplas, diversas e singulares. Nesse sentido, é possível afirmar, por exemplo, que não se pode falar em um processo identitário homogêneo, uniforme entre umbandistas, pois a própria religião é marcada por uma diversidade de práticas nos diferentes terreiros. Dessa forma, esses estudos preocupam-se em analisar a produção dessa subjetividade a partir dos terreiros e suas implicações para a vida cotidiana desses sujeitos que vivem e são produzidos por uma sociedade que entende sua religião como algo negativo.

Por fim, encontram-se os estudos que se ancoram na chamada ecologia de saberes. Nesse escopo, os trabalhos selecionados procuram focalizar questões tais como as diferentes aprendizagens que são ensejadas pelas práticas de comunicação mediúnica, analisam as formas como os fatores ritualísticos específicos da religião colaboram para uma ressignificação dos processos de aprendizagens mais amplos. Interessa a esses estudos tensionar como as práticas de oralidade tão presentes nos terreiros e suas ritualísticas podem se tornar momentos ativos de lutas e de reconexão com o sagrado. Essa conexão de saberes presentes no terreiro ultrapassaria a formalidade presente em espaços mais tradicionais e poderia colaborar para o seu redimensionamento e ampliação do que pode ser considerado válido. No que se refere a isso,

os estudos recorrem a Boaventura de Sousa Santos (2009) e seu arcabouço das epistemologias do sul, procurando mostrar a necessidade e importância de se trabalhar na construção de outras epistemes que escapam e tensionam os discursos dominantes.

Diretamente relacionada a esses elementos dos arcabouços teóricos está a atenção dada aos/às autores/as que são mais citados/as nos estudos selecionados. Longe de criar uma lista ou qualquer ranqueamento, interessa apontar que a adoção de alguns autores implica o reconhecimento de que uma base epistemológica parece se desenhar. No que se refere a isso, encontra-se menção aos/às autores/as mais consagrados ao campo das ciências sociais, com destaque para Pierre Verger, Roger Bastide, Reginaldo Prandi, Renato Ortiz, Lísias Negrão e Patrícia Birman.

Mais do que meramente travar disputas entre eles ou arrolá-los em uma lista de número de citações, importa reconhecer que, em primeiro lugar, a relação entre umbanda e educação se ancora nos estudos da Sociologia e da Antropologia, fato, talvez, que explique a forte adesão aos estudos de inspiração etnográfica, por exemplo, com muita referência à obra de Clifford Geertz (1989) e seu conceito de “descrição densa”, tão caro a esses trabalhos. Em segundo lugar, revela que a umbanda acaba sendo compreendida a partir das mesmas bases – ou pelo menos estaria muito próxima – do candomblé. Ainda que essas religiões tenham grande proximidade ritualística e sejam, ambas, consideradas religiões de matriz africana, elas guardam especificidades. Nesse sentido, talvez as pesquisas em educação ainda precisem explorar melhor as aproximações e os distanciamentos entre ambas as religiões.

Outros autores – que não versam sobre o universo das religiões – que se fazem fortemente presentes nos estudos são Peter McLaren, Edgar Morin, Boaventura de Sousa Santos e Stuart Hall. A menção a esses autores revela o forte assento à dimensão das relações entre cultura, subjetividade e identidade. Nesse sentido, os estudos, em sua quase totalidade, afirmam a umbanda como espaço de resistência, de lutas contra o preconceito, a discriminação e a intolerância religiosa e, também, demarcam, como já apontado anteriormente, a religião como espaço de múltiplas e até contraditórias identidades. Talvez, seja essa a grande marca dos estudos selecionados: reconhecer que uma religião que está em movimento constante enseja colocar em suspeição as grandes categorias conceituais e a estabilidade que elas proporcionam em suas análises. A busca dos estudos selecionados, ainda que se ancoram em alguns autores epistemologicamente consagrados, é a de ressaltar a existência de saberes plurais e que podem apresentar potencial para que se enxerguem os processos históricos de subalternização.

Analisar as relações entre educação e umbanda pode colocar a pesquisa em movimento, enveredando por múltiplas direções; pesquisar a umbanda é uma incursão pelo desconhecido do campo da educação. Desconhecido, porém com potência para trazer redimensionamentos a esse campo ao interpelar temas outros que ensejam o reconhecimento de subjetividades alternativas no espaço escolar. Um caminho para o reconhecimento, por exemplo, de um processo educativo que não trabalhe para perpetuar a colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007), insistindo e reiterando o apagamento do legado do povo negro nos espaços e currículos escolares. Nesse sentido, é tentar trazer à baila os silêncios históricos e mostrar que eles podem ser potentes para a construção de um outro devir.

No que se refere a isso, pode-se encontrar em Santos uma explicação potente de como outro olhar pode ser produzido. O autor, ao trazer à tona a discussão sobre o que ele chama de sociologia das ausências e sociologia das emergências, coloca em xeque a relação que se estabelece entre passado, presente e futuro, dando ênfase ao entendimento de alguns silêncios que persistem.

Boaventura de Sousa Santos afirma que:

As expectativas são as possibilidades de reinventar a nossa experiência, confrontando as experiências hegemônicas, que nos são impostas, com a imensa variedade das experiências cuja ausência é produzida ativamente pela razão metonímica ou cuja emergência é reprimida pela razão proléptica. A possibilidade de um futuro melhor não está, assim, num futuro distante, mas na reinvenção do presente, ampliado pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências e tornado coerente pelo trabalho de tradução (SANTOS, 2002, p. 274).

Nessa discussão dos autores, chama a atenção a quase inexistência de diálogos com a literatura interna à religião de umbanda. Em que pese a existência de obras psicografadas, romanceadas, tem-se um acúmulo de produções de autores que, por meio de pesquisa documental, registram a origem e o percurso histórico da religião, como Alexandre Cumino⁶ e, autores que sistematizam o seu corpo doutrinário filosófico, como Rubens Saraceni⁷. Os autores são citados somente em 2 trabalhos, o que revela certa resistência do universo acadêmico em criar essas pontes de diálogo entre as duas perspectivas de literatura, cabendo procurar, futuramente, auscultar os motivos desse incipiente diálogo. No que se refere a isso, Cumino

⁶ Bacharel em Ciências da Religião, Sacerdote de Umbanda no Estado de São Paulo.

⁷ Rubens Saraceni (1951-2015), autor de dezenas de livros, entre as quais se destacam várias obras responsáveis pela sistematização do corpo doutrinário filosófica da religião de umbanda, como, por exemplo, Doutrina e Teologia de Umbanda Sagrada, publicado em 2007 pela Editora Madras.

(2019) denomina a existência de dois grupos: o da literatura umbandista (que não se configura somente de romances) e literatura científica (que ele denomina como “um olhar de fora” da religião de umbanda). O diálogo entre ambas pode ser profícuo caminho para o aprofundamento dos estudos, até mesmo para um melhor entendimento, por exemplo, do mito fundacional aludido no início do texto e tão fortemente propalado pela literatura umbandista.

Para além disso, o pouco diálogo com a literatura específica do campo educacional também chama a atenção. Com relativa incidência, aparecem nos estudos selecionados autores como Peter McLaren, Paulo Freire e Jorge Larrosa. Os dois primeiros, que possuem relativas aproximações epistemológicas, são citados no que se refere às discussões sobre as relações existentes entre cultura, educação e opressão. Cabem destaques às menções a obra deles para se discutir a importância da construção de processos educativos pautados no respeito à diversidade e às diferenças. Por sua vez, Larrosa é citado ao se recorrer à experiência subjetiva, deslindando as maneiras como cada sujeito, no decurso de sua experiência individual, se vê transformado por essas práticas religiosas.

Apesar de serem encontradas essas três grandes frentes de autores, o diálogo entre eles ainda é bastante incipiente, parecendo, por vezes, comporem partes distintas e desconectadas de um mesmo trabalho. Isso talvez se deva ao fato de a umbanda ainda ser um tema pouco explorado no interior do campo educacional e, também, ao próprio reconhecimento de que um diálogo entre a umbanda e a educação escolar ainda parecer ser difícil.

Quando se refere aos trabalhos que focalizaram a educação escolar, o corpus de trabalhos analisados faz a denúncia da resistência, tanto dos sistemas quanto dos/as professores/as, em inserir as discussões das religiões de matriz africana junto ao currículo, não obstante a obrigatoriedade imposta pela Lei 10639/03. E aí reside um elemento bastante curioso e instigante nos estudos selecionados: aqueles que fazem menção aos dispositivos legais que ensejam esse diálogo entre o legado das culturas africanas e a educação escolar brasileira ancoram-se nessa lei supracitada. Ou seja, parece decorrer daí um entendimento de que a umbanda é uma religião ligada, diretamente, à temática negra, mesmo com toda a discussão complexa sobre embranquecimento histórico que se tentou empreender contra a religião.

Não será retomada e esmiuçada aqui a discussão tensa e complexa sobre o embranquecimento da umbanda (MORAIS, 2019; PRANDI, 1998). Entretanto, é preciso lembrar que, em sua “gênese institucional”, a umbanda foi marcada pela manifestação da entidade “Caboclo das Sete Encruzilhadas”, que assumiu um arquétipo de um indígena. Nesse

sentido, chama a atenção a ausência de qualquer menção à lei 11645/08, que, ao alterar o texto da lei 10639/03, insere também a temática indígena nos estudos escolares. Não se trata aqui de criação de guetos ou de desconsiderar a dimensão negra da religião de umbanda; ao contrário, reconhecendo, por exemplo, a força das práticas xamânicas no interior dos terreiros e a própria proeminência do arquétipo dos caboclos, era de se esperar que os dois dispositivos legais fossem igualmente citados. Trata-se de uma questão a ser aprofundada em estudos posteriores, qual seja: as relações e o reconhecimento das culturas dos povos originários na religião de umbanda, que tem como arquétipos fundantes as figuras de preto-velho e de caboclo.

Desde sua origem e, sobretudo em seu desenvolvimento histórico, a religião de umbanda tem sido compreendida como um caldeirão de ampla diversidade cultural. Os arquétipos das manifestações que ocorrem numa gira trazem à baila as mensagens contidas nas experiências de povos histórica e culturalmente subalternizados, silenciados e marginalizados. Nas giras podem se manifestar, livremente, os pretos-velhos, os caboclos, os boiadeiros, os marinheiros, os ciganos, os exus, as pomba-giras, as crianças. Alguns desses arquétipos se fazem presentes em estudos, como o caboclo, porém ainda de maneira bastante incipiente, revelando um amplo universo de possibilidades investigativas. Surgem alguns estudos sobre as contribuições de Exu para se pensar os processos educativos, por meio do que vem sendo chamado de Pedagogia das Encruzilhadas (RODRIGUES JÚNIOR, 2018). Todavia, o que se percebe é a busca pela construção dos contornos de uma pedagogia exúlica, mas um persistente silêncio, no escopo selecionado, acerca do arquétipo de Exu nas pesquisas sobre umbanda. Outro elemento que merece ser investigado: por que as duas entidades mais procuradas nos terreiros de umbanda, exu e pombogira, não aparecem nos trabalhos acerca da relação entre educação e umbanda.

Acerca da diversidade de arquétipos no terreiro de umbanda, vale lembrar aqui as palavras de Negrão:

Não importa que sejam eles sérios como os caboclos, dóceis como os pretos-velhos, inocentes e bem humorados como as crianças, assustadores como os exus, desbocados e folgazões como os baianos, ébrios como os marinheiros e zes-pilintras ou mesmo sensuais e provocantes como as pomba-giras. O importante é sua eficácia, não a qualidade moral do guia ou de seu aconselhamento. Por outro lado, a vivacidade e o caráter jocoso dos guias não moralizados têm um componente lúdico não desprezível, constituindo-se em fator de atração da clientela (NEGRÃO, 1993, p. 115).

No que se refere a isso, o próprio autor provoca a pensar que a questão da moralidade, quase sempre tomada em nosso país por uma perspectiva judaico-cristã, demanda um novo

olhar. Não se trata de dizer, como pensa o senso comum, de que a umbanda seria uma religião imoral, mas de reconhecer que essa idéia se faz a partir de bases distintas. Em outras palavras, a umbanda pode colaborar para que se pensem os processos educativos para além da base tradicional sobre a qual estão historicamente estruturados, isto é, pensar processos educativos e escolares também a partir de outra episteme.

Para Negrão,

Apesar da moralidade ser traço característico de seus agentes mágicos por excelência, os exus e as pomba-giras, sua eficácia, em primeiro irrestrita, tende a ser contida por concepção específica de justiça. Não se trata, é claro, da tradicional moralidade cristã vigente em nossa sociedade, passiva e conformista, na expectativa da justiça divina. Trata-se de moralidade assentada no sentimento de justiça peculiar àqueles que vivem em meio basicamente competitivo, desprovidos de meios materiais necessários para enfrentar a luta cotidiana pela vida e superar os problemas que suscita. Embora estejam presentes dentro dos limites éticos umbandistas tanto as normas morais vigentes quanto as revelações religiosas que lhes são associadas, a umbanda assenta-se antes na vida real, no cotidiano de subalternos e carentes (NEGRÃO, 1993, p. 121).

Nesse sentido, pode-se notar, então, que os trabalhos preocupam-se não em empreender a uma análise espiritual dos arquétipos e dos processos mediúnicos, mas em compreender o conteúdo das mensagens veiculadas e de que forma esse conteúdo guarda relações com elementos culturais que constroem esses arquétipos e colaboram para pensar processos emancipatórios subjetivos, individuais. Os trabalhos procuram mostrar as relações dessas mensagens com os processos educativos e identitários construídos pelos praticantes da religião e colocam, em grande medida, suas mensagens num patamar que parece colaborar para que se pensem esses conceitos gerais, como o da moral, a partir de outras bases. Importa refletir e agir sobre a vida concreta e não sobre a vida idealizada.

Assim, é possível apontar que as pesquisas da área de educação já começam a explorar as transformações que ocorrem, por meio dessa religião considerada tipicamente brasileira, nos processos identitários dos sujeitos. Sabe-se, também, que tanto o candomblé quanto a umbanda encontram sérias resistências para adentrarem o espaço escolar e, sobretudo, colaborarem na reorganização das políticas curriculares. Porém, essa resistência acaba colaborando para que esse universo das religiões afro-brasileiras permaneça desconhecido e, portanto, merecendo ser explorado em todas as suas potencialidades.

Ao se defender essas aproximações entre educação escolar e umbanda não se está, com isso, advogando que deve haver uma conformação entre esses universos sociais. Ao contrário, acredita-se ser possível a busca de pontes, de diálogos, de tal modo que, por exemplo, a compreensão dos espaços ritualísticos, as manifestações de resistência possam ser estudadas em suas dimensões culturais. Talvez, um caminho para isso pode residir na colaboração das relações entre educação e umbanda para a construção de uma educação para a alteridade (TEIXEIRA, 2006). Todavia, também pode residir, essa relação, numa colaboração para se compreender uma educação a partir de epistemes outras, de processos de deslocamentos, de resistências e de subversões. Processos educativos subversivos, como o proposto por Rodrigues Júnior (2019), ao elaborar o que tem sido chamado de “pedagogia das encruzilhadas”, podem apresentar um caminho potente para um processo educativo (englobando, aqui, o processo escolar também) em que as diferenças sejam tratadas não somente em sua dimensão exótica, folclórica, mas como características inerentes a todo ele.

Encerrando o texto, mas iniciando o debate...

Ainda que o escopo trate da análise de uma produção relativamente ínfima, o apontamento de alguns aspectos é possível, fornecendo uma pequena síntese dessa produção. Constata-se que se pode chamar a umbanda de tema emergente na área da educação, sobretudo se for considerado que a partir de 2011 ao menos um estudo por ano foi encontrado sobre o assunto. Tema emergente, mas longe de ser consolidado.

Também é possível afirmar que os estudos sobre umbanda tomam duas grandes referências: ou são realizados no interior de linhas de pesquisa mais voltadas aos processos educativos mais amplos que aqueles ocorridos no espaço escolar, ou são no interior das linhas mais afeitas aos fundamentos da educação (Sociologia da Educação e Antropologia e Educação). Em ambas as tendências, é possível constatar a delicada e controvertida noção de cultura (CUCHE, 2002) como um pano de fundo para os trabalhos selecionados. A partir desse cenário, depreende-se que os estudos estão menos preocupados em compreender transes mediúnicos e seus possíveis desdobramentos e mais em analisar a religião como forma de resistência e como um importante elemento forjador de processos identitários subjetivos.

Os estudos revelam, outrossim, os fortes preconceito, discriminação e intolerância que umbandistas e candomblecistas sofrem no interior do espaço escolar. Em outras palavras, os poucos estudos que tomam a escola como lócus analítico acabam centrando suas análises nos obstáculos práticos, político-curriculares e epistemológicos que essas religiões consideradas

afro-brasileiras encontram no interior do espaço escolar e pouco analisam a construção das relações interpessoais nesses espaços, até mesmo nos espaços de terreiros. Está aí uma importante lacuna a ser preenchida.

Diretamente relacionado ao aspecto apontado anteriormente, algo chama a atenção. Os estudos voltados à educação escolar analisam as religiões afro-brasileiras e acabam, por vezes, tomando umbanda e candomblé no mesmo bojo. Nesse sentido, é preciso reconhecer que a pesquisa em educação já apresenta um corpo de saberes mais acumulados sobre educação nos terreiros de candomblé (o que não significa que esteja exaurido o universo das relações entre candomblé e educação), porém sabe-se ainda muito pouco sobre as relações mais específicas entre os processos educativos e a umbanda e até mesmo sobre as relações entre as diferentes religiões de matriz africana, como o tambor de mina.

Conforme anotado anteriormente, a umbanda tem, sim, o legado das tradições africanas em seu corpo doutrinário e filosófico. Mas, não pode ser confundida com o candomblé, pois ambas as religiões possuem suas aproximações, mas também suas singularidades. Chama a atenção o fato de, por exemplo, sempre ser mencionada a lei 10639/03 nos estudos sobre a umbanda e ser totalmente silenciada a lei 11645/08. Não se ignora que essa relação é tensa e bastante complexa, guardando relações com as disputas de campo científico, por exemplo. Entretanto, é preciso reconhecer que, tal qual uma cultura tão diversa e complexa como a brasileira, a umbanda é a mistura de, pelo menos dois legados que, em função da lógica colonialista, continuam a ser silenciados e marginalizados: o negro e o dos povos originários. Em sua origem, seus arquétipos mais representativos são a figura do preto-velho e a figura do caboclo, fato que torna o silêncio à lei 11645/08 ainda mais instigante de ser investigado. Ademais, é preciso reconhecer que o seu “mito fundacional” acaba colaborando para o fortalecimento de uma narrativa de embranquecimento dos terreiros, fato que fortalece e dá mais acento ao seu legado europeu evidenciado por meio do kardecismo e do sincretismo com os santos católicos, ainda que o sincretismo tem sido uma estratégia de resistência possível no momento histórico.

Considerando, ainda, alguns apontamentos de Negrão (1993), em que pese o fato de seu estudo ser bastante anterior ao escopo de corpus analítico selecionado neste artigo, é possível perceber um grande universo a ser explorado, como, por exemplo, o recorte da umbanda e suas dimensões da interseccionalidade. Os estudos selecionados operam um recorte ora racial, ora de gênero, mas ainda não conseguem estabelecer suas análises a partir das interconexões entre

os chamados marcadores sociais da diferença interseccionados. Autores como Cumino (2019) e o próprio Negrão (1993) apontam as práticas ritualísticas dos terreiros de umbanda como espaços de manifestação e encontro de subalternizados e marginalizados. Ou seja, esse tipo de processo educativo periférico, tendo a religião como clivagem central (porém, não a única), ainda carece de maiores investigações. Há que se apontar, outrossim, a importância de, à luz da ideia de interseccionalidade, se problematizar esse mito fundacional do jovem Zélio de Moraes, sem incorrer em anacronismos, porém, buscando analisar as múltiplas relações que podem ser encontradas nesse momento seminal.

Enfim, lidar com o tema da umbanda na pesquisa em educação apresenta grande potencialidade para novos problemas, novas respostas, novos olhares deslocados e em deslocamento; olhares que, ao se fazerem em encruzilhadas, se chocam, se somam, se multiplicam, se hibridizam. A partir desses estudos, é preciso reconhecer, por exemplo, que um processo educativo é necessariamente marcado por múltiplas dimensões que escapam a uma lógica reducionista da vida. Nesse sentido, cabe reafirmar a proposta de Boaventura Sousa Santos (2002), quando advoga a urgência de se pensar as experiências presentes que estão sendo silenciadas no interior dos espaços escolares. A sociologia das ausências proposta por ele provoca o deslocamento do olhar para a compreensão de silêncios persistentes; uma ausência de reconhecimento de práticas e saberes concretos. Em outras palavras, é preciso construir olhares que ampliem mais o olhar para o “estoque de experiências disponíveis” e, conseqüentemente, contribuam para ressignificar a relação com o “estoque de experiências possíveis”. É preciso, por exemplo, avançar na análise e produção de pesquisas que, além de trazer a dimensão do preconceito sofrido no cotidiano da escola, também focalize nas formas como estudantes umbandistas são capazes de resistir e ressignificar os processos educativos. Não se trata de ignorar ou minimizar o preconceito, mas de buscar compreender estudantes umbandistas como agentes resilientes à lógica hegemônica que se impõe no espaço escolar.

A pesquisa sobre umbanda e educação pode ensejar um olhar catalizador de processos múltiplos e de enfrentamentos necessários à produção de novos olhares sobre as subjetividades. Não se trata de romantizar essa dimensão subjetiva nos processos educativos, mas de buscar construir análises que procurem reconhecer as múltiplas dimensões que forjam a história dos indivíduos e dos grupos aos quais pertencem. Pesquisar temas de fronteira e em espaços de fronteiras pode se apresentar como prática altamente potente para que as fissuras nas

hegemonias colonialistas se façam sentir e olhares outros para os processos educativos possam ser reconhecidos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Mariana L. Os deuses não ficarão escandalizados: ascendências e reminiscências de femininos subversivos no sagrado. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 21(2), maio-agosto, 2013, pp. 509-534.

BIRMAN, Patrícia. **O que é umbanda**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru – SP: EDUSC, 2002.

CUMINO, Alexandre. **História da umbanda: uma religião brasileira**. São Paulo: Madras, 2019.

FERREIRA, Norma S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 79, 2002, pp. 257-272.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2004, pp. 7-132.

LIMA, Telma C.S.; MIOTO, Regina C.T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10, n. esp., 2007, pp. 37-45.

MC LAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.

MORAIS, Mariana R. De macumba a umbanda: o processo de legitimação da religião dita genuinamente brasileira. **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 17, n. 54, set./dez, 2019, pp. 1623-1646.

NEGRÃO, Lísias N. Umbanda: entre a cruz e a encruzilhada. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, São Paulo, v.5, 1993, p. 113-122.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes; RODRIGUES, Marcelino E. A cruz, o Ogó e o Oxê: religiosidades e racismo epistêmico na educação carioca. In: FERNANDES, Ana Paula; ROBERTO, Joanna; OLIVEIRA, Luiz Fernandes (orgs.). **Educação e axé: uma perspectiva intercultural na educação**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2015, pp. 27-46.

PRANDI, Reginaldo. Referências sociais das religiões afro-brasileiras: sincretismo, branqueamento, africanização. **Horizontes Antropológicos**, ano 4, n. 8, jun./1998, pp. 151-167,

RODRIGUES JÚNIOR, Luiz Rufino. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SÁ JÚNIOR, Mario T. A invenção do Brasil no mito fundador da umbanda. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 16, n. 11, jan/jun, 2012, p. 1-14.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.63, out/2002, pp. 237-280.

SETTON, Maria da Graça; VALENTE, Gabriela. Religião e educação no Brasil: uma leitura em periódicos (2003-2013). **Cadernos de Pesquisa**, v.46, n.160, abr/jun, 2016, pp. 410-440.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: introdução às teorias de currículo**. Belo Horizonte – MG: Autêntica, 2004.

SIMAS, Luiz Antonio. **Umbandas: uma história do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

TEIXEIRA, Faustino. Diálogo inter-religioso e educação para a alteridade. In: SCARLATELLI, C.C.S.; STRECK, D.; FOLLMANN, J.I. (orgs.). **Religião, Cultura e Educação**. São Leopoldo – RS: Editora -UNISINOS, 2006.